



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77, DE 2013

Acrescenta § 3º ao art. 224 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para dispor sobre a obrigação de o responsável pela anulação de eleição indenizar o erário pelos custos do novo pleito, em caso de dolo ou culpa.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 224 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 224.

.....

§ 3º A sentença transitada em julgado que anular eleição torna certa a obrigação de o responsável indenizar o erário pelos custos de novo pleito, em caso de dolo ou culpa, tendo eficácia de título executivo.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei que ora apresentamos a esta Casa tem o objetivo de obrigar ao responsável pela anulação de eleição indenizar o erário pelos custos do novo pleito, em caso de dolo ou culpa.

Cabe registrar que, em diversos dispositivos, a Constituição Federal acolhe a regra de que o responsável por causar dano tem a obrigação de repará-lo.

Outrossim, a regra geral da responsabilidade civil no direito positivo brasileiro está posta no *caput* do art. 927 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e estipula: *“aquele que, por ato ilícito causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.”*

Desse modo, o nosso direito confere embasamento ao nosso objetivo de fazer com que quem tenha dado causa a anulação de eleição arque com os custos do novo pleito, desde que obviamente a anulação tenha sido originada por ato ilícito causado pelo responsável.

Para tanto, estamos acrescentando um § 3º ao art. 224 do Código Eleitoral, que dispõe sobre a hipótese de nulidade de eleições, para estabelecer que a sentença transitada em julgado que anular eleição torna certa a obrigação de o responsável indenizar o erário pelos custos de novo pleito, em caso de dolo ou culpa, tendo eficácia de título executivo.

Estamos também conferindo à sentença transitada em julgado que anular eleição eficácia de título executivo, tornando certa a obrigação de o responsável indenizar o erário pelos custos de novo pleito, em caso de dolo ou culpa, para que não haja a necessidade de que seja aberto processo de conhecimento para se determinar se há ou não necessidade de se imputar as despesas a alguém, mas apenas a correspondente liquidação, como já se dá com as sentenças penais condenatórias.

Em razão do exposto, solicitamos o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para o aperfeiçoamento do presente projeto de lei e para sua ulterior aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **SÉRGIO SOUZA**

LEGISLAÇÃO CITADA
Legislação Citada

Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965

Institui o Código Eleitoral.

.....

Art. 224. Se a nulidade atingir a mais de metade dos votos do país nas eleições presidenciais, do Estado nas eleições federais e estaduais ou do município nas eleições municipais, julgar-se-ão prejudicadas as demais votações e o Tribunal marcará dia para nova eleição dentro do prazo de 20 (vinte) a 40 (quarenta) dias.

§ 1º Se o Tribunal Regional na área de sua competência, deixar de cumprir o disposto neste artigo, o Procurador Regional levará o fato ao conhecimento do Procurador Geral, que providenciará junto ao Tribunal Superior para que seja marcada imediatamente nova eleição.

§ 2º Ocorrendo qualquer dos casos previstos neste capítulo o Ministério Público promoverá, imediatamente a punição dos culpados.

.....

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002

Institui o Código Civil.

.....

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

(Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

Publicado no **DSF**, em 13/03/2013.